



Macroeconomia

Racionalidade para um novo ajuste fiscal

Rogério Mori*

O NOVO governo teve seu começo marcado por grandes desafios no campo econômico e pela necessidade de inúmeros ajustes na condução da política econômica. Nesse sentido, a inflação em alta tem levado o Banco Central do Brasil (Bacen) a iniciar um novo ciclo de alta da taxa básica de juros - Selic. No que se refere à taxa de câmbio, o fluxo de capitais que têm ingressado no Brasil tem levado a cotização da moeda norte-americana para baixo e, de forma sistemática, o Bacen tem agido no mercado de câmbio para tentar evitar apreciações adicionais da moeda brasileira frente ao dólar (ainda que não tenha tido sucesso pleno em conter esse processo).

Nos últimos tempos, o foco tem se voltado para a questão fiscal. Nesse contexto, o resultado primário do setor público tem caído sistematicamente ao longo dos últimos anos. Em 2008, o superávit primário consolidado do setor público foi de 3,4% do PIB e caiu para 2,0% do PIB em 2009 ante os efeitos da crise econômica. Sob essa perspectiva, era de se esperar que, superados os efeitos adversos da crise econômica e encerrados os estímulos fiscais à economia, o resultado das contas públicas voltasse ao patamar anterior. O superávit do ano passado, porém, foi de 2,8% do PIB, continuando abaixo do patamar pré-crise.

Nessa ótica, a análise das contas do governo revelou que tanto a União quanto os Estados tiveram uma piora nos seus resultados. Fica claro dessa forma que, mesmo com a recuperação da arrecadação, os gastos prosseguiram crescendo fortemente.



No que se refere à União, por exemplo, as receitas líquidas em 2009 aumentaram 4,8% relativamente a 2008, enquanto que as despesas cresceram 14,9% nessa comparação. Em 2010, ainda que as receitas líquidas tenham aumentado significativamente, crescendo em 27,4% relativamente a 2009, as despesas também aumentaram expressivamente, subindo 22,4% nessa comparação. A soma desses elementos não permitiu que os resultados das contas públicas voltassem ao patamar anterior à crise.

Esse tema incorpora uma dimensão adicional se considerarmos o fato de que a taxa de juros voltou a subir no Brasil. Nesse contexto, as despesas de juros sobre a dívida pública deverão subir em 2011 em relação ao ano passado, com impacto direto sobre a dívida pública nacional. Com isso, as perspectivas de um crescimento da relação dívida pública/PIB se tornam

cada vez mais uma realidade possível neste ano.

O crescimento dos gastos públicos também pressiona recorrentemente a demanda agregada o que, dado o contexto atual de aquecimento relativo da economia brasileira, tem contribuído para pressionar o mercado de trabalho e os preços no Brasil. Sob essa lógica, o controle da inflação tem recaído inteiramente sobre a gestão da política monetária, e o Bacen tem sido forçado a elevar a taxa de juros novamente. As expectativas são de que o aperto da política monetária brasileira deve prosseguir, pelo menos, ao longo do primeiro semestre do ano. Também não são inteiramente descartadas as possibilidades de novas medidas no campo monetário para frear a expansão do crédito no País.

Dados esses elementos, o governo brasileiro parece ter consciência da necessidade de um novo ajuste fiscal neste momento. Os debates em torno de cortes de gastos aumentaram significativamente nos primeiros meses do novo governo, e a ala econômica tem se mostrado disposta a levar adiante um ajuste fiscal. Sob essa perspectiva, espera-se que, de fato, seja realizado um ajuste fiscal e de forma saudável, ou seja, reduzindo gastos públicos. Esse tipo de ajuste, caso implementado, seria inteiramente distinto do que vem sendo praticado desde 1998, em que a estratégia tem se centrado única e exclusivamente na elevação de impostos e contribuições. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP)

